

**PUBLICAÇÃO DE ATO – ADMINISTRATIVO****RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 36/2017/TCM-PA**

**EMENTA:** Inspeção Extraordinária e Instauração de Tomada de Contas Especial no Instituto de Previdência de Tucuruí. Exercícios de 2015/2016.

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e,

**CONSIDERANDO** que a Inspeção é um instrumento de fiscalização utilizado pelo TCM-PA para suprir omissões, esclarecer dúvidas, apurar a legalidade e a economicidade de atos específicos praticados por qualquer responsável sujeito à sua jurisdição, como apurar denúncias ou representações;

**CONSIDERANDO** ainda que as Inspeções Extraordinárias e as Tomadas de Contas Especiais são determinadas pelo Plenário, por proposição justificada de qualquer Conselheiro, limitada à apuração dos fatos dados como justificadores de sua efetivação, venho, nos termos do Inciso II e IV do Art. 67 do RI/TCM-PA, apresentar “Proposta de deliberação” para realização de **INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA** e instauração de **TOMADA DE CONTAS ESPECIAL** no instituto de previdência do Município de Tucuruí, exercícios 2015 e 2016, nos termos e condições da proposta detalhada, anexa e integrante deste expediente;

**RESOLVE:**

Autorizar a realização de **INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA** e Instauração de **Tomada de Contas Especial** no Instituto de Previdência do Município de Tucuruí, nos exercícios de 2015 e 2016, nos termos e condições da proposta.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 21 de setembro de 2017.

**Protocolo: 10272**

**PUBLICAÇÃO – DESPACHO****DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE  
DE RECURSO ORDINÁRIO**

~~(Art. 81, da LC n.º 109/2016 c/c Art. 261, §§ 1º e 2º, RITCM-PA)~~

~~Processo nº 201709506-00~~

~~Classe: Recurso Ordinário~~

~~Procedência: Prefeitura Municipal de Trairão~~

~~Responsável: Danilo Vidal de Miranda~~

~~Decisão Recorrida: Acórdão n.º 30.464 de 02/05/2017~~

~~Processo Originário nº 12700120213-00 (Prestação de Contas)~~

~~Exercício: 2013~~

~~Tratam os autos de Recurso Ordinário (fls. 491-505), interposto pela Sr. DANILO VIDAL DE MIRANDA, responsável legal pelas contas de gestão da PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIRÃO, exercício financeiro de 2013, com arrimo no art. 81, caput, da LC n.º 109/2016 c/c art. 261, do RITCM-PA, contra decisão contida no Acórdão nº 30.464, de 02/05/2017, que reprovou suas contas de gestão, em face das irregularidades consignadas no Relatório e Voto do Conselheiro-Relator CEZAR COLARES (fls. 467-482), nos seguintes termos:~~

~~a) Débito lançado à conta “Agente Ordenador”, no montante de R\$ 57.368,96 (cinquenta e sete mil trezentos e sessenta e oito reais e noventa e seis centavos); e~~

~~b) Concessão de diárias sem comprovação, no montante de R\$ 5.439,00 (cinco mil quatrocentos e trinta e nove reais).~~

~~Extraí-se, ainda, dos termos do aludido Acórdão, a aplicação, em desfavor do responsável a determinação de restituição e aplicação de multas, tal como segue:~~

~~a) Recolher aos Cofres Públicos Municipais, com fundamento no Artigo 287, §5º, do RI/TCM/PA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a quantia de R\$ 57.368,96 (cinquenta e sete mil trezentos e sessenta e oito reais e noventa e seis centavos), referente a devolução pela conta “Agente Ordenador”, devidamente atualizada.~~

~~b) Recolher aos Cofres Públicos Municipais, com fundamento no Artigo 287, §5º, do RI/TCM/PA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a quantia de R\$ 5.439,00 (cinco mil quatrocentos e trinta e nove reais), relativo a devolução pela concessão de diárias ao Prefeito sem comprovação.~~